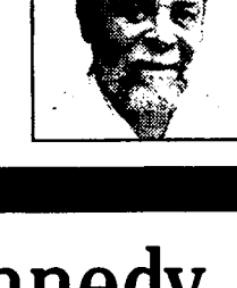


6 jan. Brasil

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

A proposta Kennedy

• John Kennedy, no seu discurso de posse, lançou um desafio ao povo americano: "Não pergunte ao seu país o que pode fazer por você, mas, sim, pergunte a si mesmo o que pode fazer pelo seu país." O que pedia era a descentralização das decisões públicas e a livre iniciativa da cidadania. Assim é a tradição anglo-saxônica. A nossa tradição ibérica é da centralização das decisões na Corrente todo-poderosa, senhora do bem e do mal.

A cultura administrativa só muda com extrema lentidão. Uma nação que se acostumou a obedecer a leis cujo enunciado começava "Eu, El Rei, mandando" custa a trocá-lo por "Nós, o povo, decidimos". Talvez, por isso, a ditadura militar tenha durado tanto tempo. O fato é que, até hoje, voltamos os olhos para Brasília, não estranhemos os aspectos imperiais de uma Presidência como a de Fernando Henrique, procuramos as informações econômicas quase exclusivamente no Banco Central e no Ministério da Fazenda e as informações políticas no Congresso e na Esplanada dos Ministérios.

É contraditória a manutenção desse estado de espírito centralizador, quando o Brasil está mudando por baixo, nos municípios, à margem do poder central e, por vezes, à sua revelia. Lembro-me de um seminário para prefeitos no qual o mais exitoso de todos, Jaime Lerner, de Curitiba, deu o conselho de se economizar as passagens para Brasília, porque lá não se conseguia nada e as soluções precisavam ser encontradas em casa.

O conselho de Lerner pode não ter sido muito seguido na época. No entanto, o seu eco deve ter chegado aos ouvidos dos sete governadores que se reuniram na Chácara das Águas Claras na quarta-feira, residência de Cristóvam Buarque, governador de Brasília. Cansados de esperar pela votação da reforma administrativa e de serem meros gerentes de folhas de pagamento que crescem vegetativamente, como trepadeiras daninhas, resolveram eles enfrentar a situação com iniciativas independentes.

Traduzindo: a reforma administrativa dos estados deverá começar logo, sejam ou não votadas, nesta convocação extraordinária do Congresso, as alterações constitucionais que lhe darão um chão jurídico seguro.

O mais moço dos governadores e, talvez por isso, o mais ansioso em poder utilizar o dinheiro público em benefício da totalidade da população, e não, apenas, dos funcionários, já deu o pontapé inicial. Paulo Afonso Vieira, 37 anos de idade, governador de Santa Catarina, reuniu o seu Secretariado e, a 8 de janeiro, baixou um decreto administrativo de especial ousadia.

Paulo Afonso resolveu aplicar, para valer, a Lei Rita Camata, que limita a 65% da arrecadação os recursos que se podem dedicar ao pagamento da folha de pessoal. Atualmente, Santa Catarina gasta 80% do que arrecada com os seus funcionários e 11% na amortização e nos juros de suas dívidas. Sobram 9% para todo o mais.

A reforma administrativa catarinense aplica, linearmente,

um redutor sobre os salários dos servidores do Executivo para chegar aos 65%. Abre uma contabilidade nova, onde serão computados o que deixar de ser pago a cada um, de maneira a evitar redução de salários ou de vantagens pessoais. Quando a folha baixar dos 65%, o dinheiro retido será pago, a começar pelos que tiveram retenções menores, ou seja, dos que ganham menos. Todos os meses, junto com o contracheque, os servidores serão informados do seu saldo a receber.

Os mais altos salários estão reduzidos aos dos secretários de estado, que ganham seis mil reais por mês. O abono por triênio, de 3%, passa a ser de 6% a cada seis anos, para reduzir o crescimento vegetativo da folha.

A Secretaria de Educação, que tem o maior número de funcionários do estado, mereceu atenção especial. No ano passado, 53% das aulas pagas na verdade não foram ministradas. Tomou-se uma série de medidas para corrigir essa desordem e para priorizar os professores que estão, efetivamente, nas salas de aula.

Ao mesmo tempo em que adotava essas e outras medidas conjunturais para a contenção dos gastos e desperdícios, o governador Paulo Afonso tomou decisões de reforma estrutural. Criou um sistema de informações gerenciais de compras, para que todos os órgãos do estado possam comprar pelo menor preço e um comitê de acompanhamento da folha de pagamento, para elaborar planos de cargos e salários e analisar as distorções existentes na folha. Para captar dinheiro, criou uma empresa virtual, a Invesc, sem sede ou funcionários, que lançará no mercado 100 milhões de reais em debêntures, lastreadas nas ações da companhia estadual de eletricidade, Celsc, criou um fundo de pensão, a ser capitalizado com o dinheiro que arrecadará com a venda de bens e imóveis do estado. No futuro, esse fundo deverá assumir os encargos com aposentadorias e pensões, que representam hoje 32% da folha de pagamento.

O ministro Bresser Pereira, apesar de fã do governador Paulo Afonso, acha que boa parte das medidas que tomou será anulada pelo Judiciário. O governador não liga. Diz que, no mínimo, ganhará algum tempo para pôr ordem nas finanças estaduais. Acha, ainda, que o que pode ser hoje considerado constitucional, amanhã não o será, em razão da aprovação da reforma administrativa.

O exemplo catarinense parece ter agrado aos demais governadores. Fazer já o que amanhã será autorizado pelo Congresso Nacional é a nova palavra de ordem.